

Bolsas		Pontuação B3				Dólar		Salário mínimo		Euro		CDI		CDB		Inflação	
Na sexta-feira		Ibovespa nos últimos dias				Na sexta-feira		Últimos		Comercial, venda na sexta-feira		Ao ano		Prefixado 30 dias (ao ano)		IPCA do IBGE (em %)	
0,35% São Paulo		158.557				R\$ 5,529 (+ 0,11%)		R\$ 1.518		R\$ 6,483		14,90%		14,90%		Julho/2025 0,26 Agosto/2025 -0,11 Setembro/2025 0,48 Outubro/2025 0,09 Novembro/2025 0,18	
0,138% Nova York		16/12 17/12 18/12 19/12						15/dezembro 5,421 16/dezembro 5,463 17/dezembro 5,523 18/dezembro 5,523									

CONTAS PÚBLICAS

Orçamento prevê R\$ 6,5 trilhões para 2026

Projeto aprovado ontem pelo Congresso Nacional destina R\$ 1,8 trilhão ao refinanciamento da dívida pública e estabelece superativt primário de R\$ 34 bilhões. Em ano eleitoral, R\$ 61 bilhões serão para emendas parlamentares

» WAL LIMA

O Congresso Nacional aprovou, ontem, a Lei Orçamentária Anual (LOA), que totaliza R\$ 6,5 trilhões. A previsão é de que o governo alcance superavit primário de R\$ 34,5 bilhões.

A votação da proposta — que acabou destinando R\$ 61 bilhões para emendas parlamentares, ante os R\$ 40,8 bilhões previstos no projeto enviado anteriormente pelo governo — ocorreu em meio a intensas disputas por recursos e à necessidade de cumprimento do calendário constitucional para garantir a execução das despesas a partir do próximo exercício.

Sem considerar o pagamento da dívida pública, o Orçamento terá R\$ 4,7 trilhões, dos quais R\$ 4,5 trilhões correspondem aos orçamentos fiscal e da seguridade social e R\$ 197,9 bilhões seguirão para investimento.

O parecer do relator, deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL), incorporou ajustes considerados essenciais para preservar o equilíbrio fiscal, sem comprometer despesas já programadas. Segundo o relator, as mudanças viabilizaram a votação do texto e asseguraram condições para a execução regular do Orçamento e para a transferência de recursos da União a estados e municípios.

“Cremos que com essa alteração, já temos condições de votar a lei orçamentária. A votação da matéria é importante para o país e estamos

cumprindo o prazo constitucional e o calendário adotado por esta comissão. É indispensável que não haja atrasos na execução e na transferência de recursos da União para os demais entes da federação, especialmente no que diz respeito às emendas individuais, de bancada estadual e de comissão permanente”, afirmou Bulhões durante a sessão.

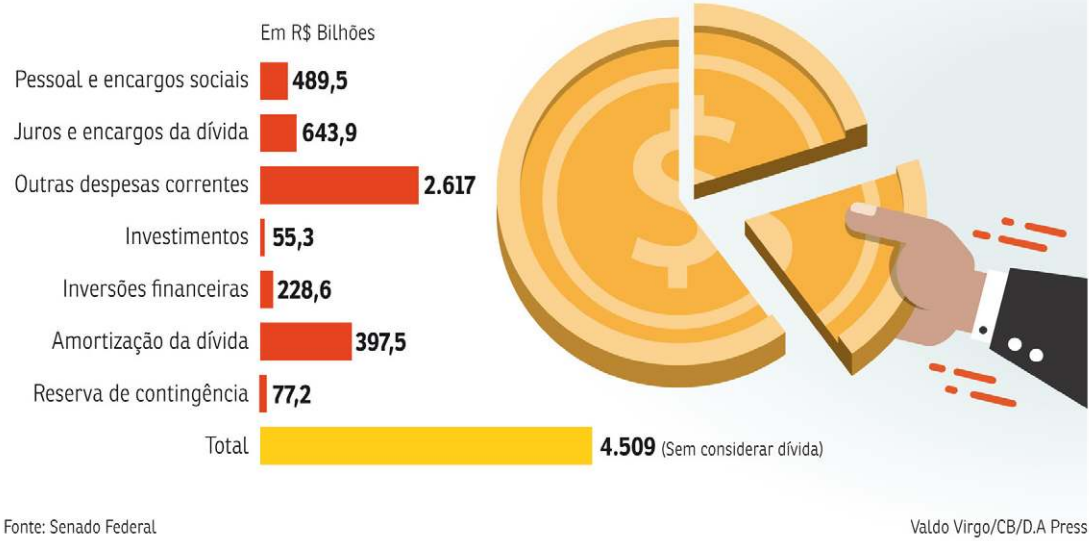
Do total reservado às emendas parlamentares, a maior parte foi destinada às emendas impostivas, em que o governo é obrigada executar, somando cerca de R\$ 37,8 bilhões. Outros R\$ 12,1 bilhões corresponderam às emendas de comissão, cuja liberação depende de decisão do governo federal e não possui caráter impositivo, respeitados os limites legais.

Além da LOA, os parlamentares aprovaram, por votação em bloco, um conjunto de projetos de lei do Congresso Nacional (PLPs) que promoveram ajustes no Orçamento deste ano, com abertura de créditos suplementares e especiais para diferentes áreas do governo federal. As propostas foram votadas em bloco, após aval da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), e trataram majoritariamente de remanejamentos de recursos para o exercício em curso.

Entre os projetos aprovados esteve o PLP 4/2025, que alterou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025, adequando parâmetros para a execução orçamentária. O relatório, de autoria do deputado Gervásio Maia (PSB-PB),

Divisão do bolo

A previsão inclui salário mínimo de R\$ 1.621 e fundo eleitoral de R\$ 5 bilhões



Fonte: Senado Federal

Valdo Virgo/CB/D.A Press

foi favorável à proposta encaminhada pelo Poder Executivo.

Também receberam aval o PLP 6/2025, que destinou R\$ 8,3 bilhões ao Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais ou Financeiro-Fiscais (FCFB), e o PLP 26/2025, que abriu crédito suplementar de R\$ 14,4 bilhões para áreas como saúde, justiça, segurança pública e transportes.

Outros projetos autorizaram a liberação de recursos para o funcionamento e investimentos de órgãos do sistema de Justiça, incluindo tribunais federais, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Ministério Público da União, Conselho

Nacional de Justiça (CNJ) e Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

O pacote incluiu ainda créditos destinados a estatais e empresas públicas, como Petrobras Biocombustível, Telebras, Banco da Amazônia, Serpro e companhias docas do Rio Grande do Norte e do Ceará, além de recursos para áreas como educação, cultura, transportes, povos indígenas, defesa e relações exteriores.

Créditos

Na mesma sessão, o Congresso aprovou o PLN 8/2025, que autorizou

Brasil. O Ministério da Educação recebeu R\$ 25 mil para o pagamento de auxílio-moradia a servidor lotado na Procuradoria da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Já o Ministério dos Transportes contou com R\$ 5 milhões para a adequação de trecho rodoviário entre os quilômetros 65 e 187 da BR-070 em Goiás. O Ministério de Portos e Aeroportos teve R\$ 15 milhões destinados à construção do Aeroporto Regional da Serra Gaúcha, em Caxias do Sul (RS). Para o Ministério dos Povos Indígenas, foram reservados R\$ 897,5 mil para a contratação de empresa especializada em arquitetura e engenharia, responsável pela demolição e reconstrução, com ampliação, do imóvel que abriga a Coordenação Regional da Funai em João Pessoa.

Também foi aprovado o PLN 9/2025, que autorizou crédito adicional de R\$ 500 mil para despesas com servidores públicos civis da Presidência da República que atuam no exterior. De acordo com o governo, os recursos também não tiveram impacto sobre o Orçamento de 2025, por terem sido remanejados de outras ações já previstas.

A LOA 2026 e todos os projetos aprovados seguirão para sanção da Presidência da República. Segundo parlamentares da base governista, a votação em bloco buscou conferir celeridade à execução orçamentária e evitar a paralisação de políticas públicas e investimentos considerados essenciais.

CB.AGRO

Agricultura familiar corresponde a 75% da produção

» PEDRO JOSÉ*

A agricultura familiar concentra a maior parte dos estabelecimentos rurais do Brasil e responde por parcelas relevantes da produção de alimentos consumidos diariamente no país. A avaliação foi feita por José Humberto Xavier, pesquisador da Embrapa, durante entrevista, ontem, ao programa *CB.Agro*, parceria do *Correio* com a TV Brasília.

De acordo com Xavier, dos cerca de 5 milhões de estabelecimentos agropecuários existentes no país, aproximadamente 4 milhões, o equivalente a 75%, enquadram-se nesse perfil.

A também pesquisadora da Embrapa Suênia Cibebe de Almeida destacou que a base da alimentação cotidiana está fortemente ligada à agricultura familiar. “Verduras e hortaliças no geral são muito importantes, assim como feijão e arroz, que estão distribuídos em todo o território brasileiro”, disse. No caso da mandioca, a dependência é ainda maior. “82% do valor da produção da mandioca no Brasil vem da agricultura familiar”, afirmou.

Outro aspecto recorrente apontado pelos especialistas, na entrevista aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Roberto Fonseca, é o protagonismo feminino nas unidades produtivas. Suênia destacou que mudanças recentes ampliaram o papel das mulheres no campo.

“Algo muito importante nos últimos anos é que as mulheres passaram a ter a propriedade da terra, o que permite o acesso a recursos”, explicou. Na cadeia do leite, ela ressaltou reflexos diretos na qualidade do produto. “Quando as mulheres tomam conta da limpeza dos utensílios, a qualidade é muito mais forte”, disse.

“Um dos critérios da qualidade do leite é a contagem bacteriana total, que está diretamente relacionada à higiene da ordenha, e observamos que as mulheres são muito mais cuidadosas nesse processo”, afirmou Xavier. Segundo ele, a atuação feminina também se destaca na gestão financeira, “as mulheres costumam ter mais propensão para o controle de renda e das anotações financeiras”, acrescentou.

Entre os principais desafios do setor está a gestão das propriedades, especialmente em função da baixa escolaridade média no meio rural. “O desafio é que a escolaridade é muito baixa”, afirmou Xavier. Ele explicou que a Embrapa atua com ferramentas simplificadas e parcerias locais. “Nós desenvolvemos soluções junto com os agricultores, na perspectiva da pesquisa participativa, para que os resultados ganhem escala”, disse.

Suênia chamou atenção para os impactos das mudanças climáticas sobre a produção. “O milho para silagem é central na cadeia do leite,

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



No CB.Agro, os pesquisadores José Humberto (E) e Suênia comentário que a escolaridade é um desafio

mas é uma cultura frágil. Em áreas ambientalmente fragilizadas, uma longa estiagem pode comprometer totalmente a alimentação do rebanho”, afirmou.

As pesquisas em ambiente real buscam responder a esses desafios, Xavier relatou experiências conduzidas diretamente nas propriedades. “Trabalhamos com uma rede de 140 produtores para validar tecnologias em ambiente

real”, explicou. Segundo ele, houve adaptação dos sistemas produtivos. “Conseguimos cerca de 20% a mais de alimento e aproximadamente 20 dias adicionais de alimentação para o rebanho no final da seca”, disse. Ele ponderou, no entanto, que o custo dos insumos é um entrave. “Os agricultores classificaram o custo como muito alto, especialmente por causa do gesso agrícola”, afirmou.

Para Xavier, a permanência dos jovens no campo depende de condições mais amplas. “É preciso garantir qualidade de vida, com educação, saúde e lazer, semelhantes às do meio urbano”, afirmou. Suênia reforçou o diagnóstico ao mencionar a baixa mecanização. “O trabalho na pecuária de leite é muito penoso, e ainda não temos máquinas desenvolvidas para a escala da agricultura familiar”, disse.

Um dos critérios da qualidade do leite é a contagem bacteriana total, que está diretamente relacionada à higiene da ordenha, e observamos que as mulheres são muito mais cuidadosas nesse processo”

José Humberto Xavier,
pesquisador da Embrapa

Apesar dos desafios, os especialistas avaliaram positivamente a qualidade da produção nacional. “O Brasil tem excelência e segurança sanitária na produção de leite, temos políticas como o Mais Leite Saudável, que garantem um produto seguro para o consumidor”, concluiu Suênia.

*Estagiário sob a supervisão de Edla Lula